

# SUMÁRIO

**MP-SP**  
*500 Questões Gabaritadas*

## LÍNGUA PORTUGUESA

|                |    |
|----------------|----|
| QUESTÕES.....  | 1  |
| GABARITO ..... | 31 |

## MATEMÁTICA

|                |    |
|----------------|----|
| QUESTÕES.....  | 1  |
| GABARITO ..... | 16 |

## RACIOCÍNIO LÓGICO

|                |    |
|----------------|----|
| QUESTÕES.....  | 1  |
| GABARITO ..... | 16 |

## INFORMÁTICA

|                |    |
|----------------|----|
| QUESTÕES.....  | 1  |
| GABARITO ..... | 23 |

## DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO

|                |    |
|----------------|----|
| QUESTÕES.....  | 1  |
| GABARITO ..... | 17 |

## DIREITO ADMINISTRATIVO

|                |    |
|----------------|----|
| QUESTÕES.....  | 1  |
| GABARITO ..... | 16 |

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO

## DIREITO PENAL

|                |    |
|----------------|----|
| QUESTÕES.....  | 1  |
| GABARITO ..... | 14 |

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

|                |    |
|----------------|----|
| QUESTÕES.....  | 1  |
| GABARITO ..... | 16 |

## TEORIA GERAL DAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS

|                |    |
|----------------|----|
| QUESTÕES.....  | 1  |
| GABARITO ..... | 28 |

## LEGISLAÇÃO - INFORMÁTICA

|                |    |
|----------------|----|
| QUESTÕES.....  | 1  |
| GABARITO ..... | 15 |

## LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL E EXTRAVAGANTE

|                |    |
|----------------|----|
| QUESTÕES.....  | 1  |
| GABARITO ..... | 15 |

# SUMÁRIO



## 1. 2022

Leia o texto para responder à questão.

Um homem sem perna, agarrando-se numa muleta, parou diante dela e disse:

– Moça, me dá um dinheiro para eu comer?

“Socorro!!!” gritou para si mesma ao ver a enorme ferida na perna do homem. “Socorre-me, Deus”, disse baixinho.

Estava exposta àquele homem. Estava completamente exposta. Se tivesse marcado com “seu” José na saída da Avenida Atlântica, o hotel onde ficava o cabeleireiro não permitiria que “essa gente” se aproximasse. Mas na Avenida Copacabana tudo era possível: pessoas de toda a espécie. Pelo menos de espécie diferente da dela. “Da dela?” “Que espécie de ela era para ser ‘da dela’?”

Pensamento do mendigo: “essa dona de cara pintada com estrelinhas douradas na testa, ou não me dá ou me dá muito pouco”. Ocorreu-lhe então, um pouco cansado: “ou dará quase nada”.

Ela estava espantada: como praticamente não andava na rua – era de carro de porta a porta – chegou a pensar: ele vai me matar? Estava atarantada e perguntou:

– Quanto é que se costuma dar?

– O que a pessoa pode dar e quer dar – respondeu o mendigo espantadíssimo.

Ela, que não pagava salão de beleza, o gerente deste mandava cada mês sua conta para a secretária de seu marido. “Marido”. Ela pensou: o marido o que faria com o mendigo? Sabia que: nada. Eles não fazem nada. E ela – ela era “eles” também.

Perguntou:

– Quinhentos cruzeiros basta? É só o que eu tenho. O mendigo olhou-a espantado.

– Está rindo de mim, moça?

– Eu?? Não estou não, eu tenho mesmo os quinhentos na bolsa...

Abriu-a, tirou a nota e estendeu-a humildemente ao homem, quase lhe pedindo desculpas. O homem perplexo.

E depois rindo, mostrando as gengivas quase vazias:

– Olhe – disse ele –, ou a senhora é muito boa ou não está bem da cabeça... Mas, aceito, não vá dizer depois que a roubei, ninguém vai me acreditar.

– Eu não tenho trocado, só tenho essa nota de quinhentos.

*(Clarice Lispector, “A Bela e a Fera ou a Ferida Grande Demais”. O primeiro beijo e outros contos. Fragmento)*

Assinale a alternativa em que o enunciado é coerente com o sentido do texto e as palavras estão grafadas e acentuadas de acordo com a norma-padrão.

(A) O homem pára em frente a mulher e lhe pede algum dinheiro. Diante de sua exitação, ele pensa: “ela dará quase nada”. E isso realmente ocorre com a nota de quinhentos.

(B) A mulher estava espantada: praticamente não andava a pé (aquele dia era uma excessão) – era de carro de porta a porta. Chegou a pensar que o homem a mataria.

(C) Paralizado diante da mulher, o homem pensa: “não sou bem vindo, essa dona de cara pintada com estrelinhas douradas na testa, ou não me dá ou me dá muito pouco”.

**1. (2024)**

Em um prédio comercial, todos os andares têm o mesmo número de salas, sendo que o número de andares é o dobro do número de salas por andar. Nos dois últimos andares desse prédio, há 3 salas por andar que ainda não foram alugadas, e nos três primeiros andares, metade do número de salas de cada um deles também não foi alugada. Sabendo que, no total, somente 12 salas ainda não foram alugadas, o número de salas alugadas é:

- (A) 12
- (B) 14
- (C) 16
- (D) 18
- (E) 20

**2. (2024)**

Para uma reunião, foram organizadas 288 cadeiras em filas, cada fila contendo a mesma quantidade de cadeiras, de modo que o número de cadeiras por fila excedia o número de filas em 2. Essas cadeiras foram numeradas de 001 a 288, sendo a primeira cadeira, 001, a cadeira mais à esquerda da primeira fila; a segunda, 002, a cadeira à direita da cadeira 001; e assim sucessivamente, até a última cadeira da fila. A cada fila seguinte, a numeração das cadeiras continuou da primeira cadeira mais à esquerda e seguiu, continuamente, até a última cadeira da fila. Raquel participou dessa reunião e sentou-se na quarta cadeira da quinta fila, seguindo a ordem de numeração.

Logo, Raquel sentou-se na cadeira de número

- (A) 076.
- (B) 084.
- (C) 085.
- (D) 086.
- (E) 094.

**3. (2023)**

Marília dista da capital do estado, São Paulo, aproximadamente 440 km em trecho rodoviário. Um morador de Marília quer estimar o gasto com combustível no trecho rodoviário para ir a São Paulo e voltar de lá. Se o veículo desse morador faz, em rodovias, em média, 10 km com 1L de etanol, então, com o litro desse combustível custando R\$ 5,00, esse morador deve gastar com combustível nessa viagem, aproximadamente,

- (A) R\$ 55.
- (B) R\$ 110.
- (C) R\$ 220.
- (D) R\$ 440.
- (E) R\$ 880.



## Raciocínio Lógico

### 1. (2025)

Uma turma é formada por 24 alunos, entre eles os irmãos Tales e Teodoro. Esses 24 alunos serão divididos ao acaso em 6 grupos, cada grupo com 4 alunos.

A probabilidade de esses irmãos ficarem no mesmo grupo é

(A)  $\frac{3}{23}$

(B)  $\frac{7}{17}$

(C)  $\frac{4}{11}$

(D)  $\frac{8}{23}$

(E)  $\frac{2}{11}$

### 2. (2025)

Sorteando-se ao acaso um número natural de 1 até 2 025, a probabilidade de que ele seja múltiplo de 5, mas que não seja divisível por 3, é igual a:

(A)  $\frac{3}{25}$

(B)  $\frac{4}{25}$

(C)  $\frac{3}{20}$

(D)  $\frac{1}{8}$

(E)  $\frac{2}{15}$

### 3. (2024)

O lançamento de dois dados não viciados resultou em duas faces apresentando números ímpares.

A probabilidade de a soma destes dois números ser 6 é:

(A)  $\frac{1}{2}$

(B)  $\frac{2}{9}$

(C)  $\frac{1}{6}$

(D)  $\frac{4}{9}$

(E)  $\frac{1}{3}$

**1. (2024)**

Um usuário da área de Finanças deseja que sua impressora possa ser utilizada por outros usuários da mesma rede de computadores, em que todos usam o Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão. Um técnico de informática, então, compartilhou essa impressora com o nome de Epson\_Financas, a partir do computador que tem o nome de PCFIN001, que é usado pelo usuário joao@empresa.com.br.

Assinale a alternativa que indica o endereço que deve ser preenchido nos computadores que desejam usar essa impressora, na janela Adicionar Impressora do Windows, na caixa Selecionar uma impressora, compartilhada pelo nome.

- (A) \\Epson\_Financas\PCFIN001
- (B) \\Epson\_Financas
- (C) \\PCFIN001\Epson\_Financas
- (D) \\Epson\_Financas\joao@empresa.com.br
- (E) \\joao@empresa.com.br\PCFIN001\Epson\_Financas

**2. (2024)**

O usuário de um computador com a versão Windows 10 Home instalou um programa, mas agora deseja removê-lo. Uma maneira de realizar a sua remoção é selecionar o

- (A) ícone do programa desejado e deletá-lo.
- (B) ícone do programa desejado e, na lista de opções que surge na tela, selecionar Propriedades e, em seguida, selecionar Apagar.
- (C) Painel de Controle, selecionar Desinstalar Programas e Recursos, localizar o programa desejado e seguir a orientação que surge na tela.
- (D) Painel de Controle, selecionar Programas e Recursos, localizar o programa desejado e seguir a orientação que surge na tela.
- (E) recurso Configurações do Windows, selecionar Programas Instalados, localizar o programa desejado e seguir a orientação que surge na tela.

**3. (2024)**

Um usuário deseja criar um atalho para um arquivo no sistema operacional Windows 10, estando tanto o sistema como o mouse em suas configurações padrão. Sobre esse atalho é **correto** afirmar que

- (A) atalhos para arquivos não podem ser criados para arquivos no Windows 10, sendo possível a criação de atalhos para programas.
- (B) ele pode ser colocado, por exemplo, dentro de uma pasta.
- (C) ele pode ser identificado por uma seta no canto superior esquerdo do seu ícone.
- (D) uma forma de ele ser criado é selecionar o arquivo e clicar o botão esquerdo do mouse. Então selecionar a opção Criar atalho dentre as opções exibidas na tela.
- (E) uma forma de ele ser criado é selecionar, no Painel de Controle, o ícone Criar novo atalho e selecionar o arquivo na janela de opções exibida na tela.



### 1. (2023)

A respeito dos Princípios Fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O pluralismo político, apesar de ter sido consagrado de forma autônoma como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, pode ser confundido com o princípio democrático.
- (B) A Constituição Federal de 1988 inovou ao prever a dignidade da pessoa humana como um dos princípios fundamentais, mas tal fato não inviabiliza que a dignidade da pessoa humana possa operar também como regra.
- (C) Desde a Constituição de 1934, o constituinte originário optou por elencar no primeiro artigo da constituição um conjunto de princípios denominados de fundamentais.
- (D) Os princípios fundamentais não são dotados de eficácia e aplicabilidade direta, apesar de serem considerados como normas jurídicas vinculativas.
- (E) Os princípios constitucionais fundamentais podem ser designados exclusivamente como princípios setoriais e especiais.

### 2. (2024)

A proteção e o tratamento de dados pessoais é um dos temas mais relevantes atualmente, e até pouco tempo não era expressamente previsto na Constituição Federal.

Com a aprovação da PEC 17/2019 e posterior promulgação da Emenda Constitucional nº 115/2022, passou a ser um direito fundamental autônomo. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) Em face da importância reconhecida constitucionalmente à proteção e ao tratamento de dados pessoais, é competência concorrente dos Estados e da União legislar sobre o tema.
- (B) O direito à proteção e ao tratamento de dados pessoais costumeiramente colide com a liberdade de expressão, e o Supremo Tribunal Federal tem sempre se manifestado no sentido de que deve preponderar o sigilo, existindo direito ao esquecimento.
- (C) Compete à União organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, assim como legislar privativamente sobre o assunto.
- (D) Configurando-se colisão entre o direito de proteção aos dados pessoais e a segurança pública, deve-se utilizar a teoria dos limites imanentes, e garantida a proteção da personalidade humana por meio da preponderância do direito fundamental à proteção de dados pessoais.
- (E) Em face da relevância da proteção de dados pessoais, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais.

**1. (2022)**

Assinale a alternativa **correta** a respeito do conceito de Administração Pública.

- (A) A Administração Pública, em sentido formal ou orgânico, diz respeito ao conjunto de órgãos, pessoas jurídicas e agentes que o ordenamento jurídico identifica como administração pública não importando a atividade que exerçam.
- (B) A Administração Pública, em sentido subjetivo diz respeito às funções exercidas, representando o conjunto de atividades que costumam ser consideradas próprias da função administrativa.
- (C) O exercício do poder de polícia e a atividade de fomento são exemplos de funções públicas que estão dentro do conceito de Administração Pública no seu sentido formal.
- (D) A Administração Pública constitui o conjunto de órgãos e as atividades que eles exercem no sentido de conduzir politicamente o Estado, definindo suas diretrizes e realizando as atividades estipuladas no seu planejamento.
- (E) No sentido orgânico, a Administração Pública constitui a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público, para a consecução dos interesses coletivos.

**2. (2023)**

Em relação aos princípios de administração pública em uma análise comparada entre os mesmos, pode-se afirmar que

- (A) a eficiência é o princípio que se sobrepõe ao da impessoalidade e moralidade, devido a racionalidade e prevalência do público sobre o privado.
- (B) a liberdade tem como princípio a iniciativa empreendedora e cidadã de um modelo de Estado que se assenta na democracia e nas relações entre capital e trabalho.
- (C) a publicidade confere força aos princípios de moralidade e discricionariedade, por legitimar direitos e deveres e garantir a divulgação de atos públicos.
- (D) os princípios são divididos em dois agrupamentos, eficiência e publicidade em um polo ativo, e os demais como polo passivo, por serem agentes e processos da gestão pública.
- (E) os pesos entre os mesmos ou eventuais comparações não são de maior valia, posto que se assemelham como bases do instituto administração pública.

**3. (2023)**

Quando um governador comete um ato relacionado à indistinção entre os patrimônios público e privado, ele está violando o princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) moralidade.
- (C) publicidade.
- (D) eficiência.
- (E) razoabilidade.





### 1. VUNESP - 2022

Considere hipoteticamente que, durante o período de pandemia, delimitado por vigência de um Decreto Federal, foi alterado o CP e considerado crime “deixar de usar máscara facial de proteção no interior de meio de transporte público”. Alfa está sendo processado por tal crime, cometido durante a pandemia. Após o término da pandemia, que trouxe a revogação do tipo penal, a defesa de Alfa pede a extinção de sua punibilidade, com base no art. 2º do CP, assim redigido: “Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.”

Nesse contexto, é **correto** afirmar que o pedido

- (A) deve ser acatado, em razão do princípio do tempus regit actum.
- (B) deve ser acatado, em razão da retroatividade de lei penal mais benéfica.
- (C) não deve ser acatado, mas deve ser decretada a absolvição de Alfa, pela retroatividade de lei penal mais benéfica.
- (D) não deve ser acatado, tendo em vista que o fato criminoso se regula por lei incriminatória temporária.
- (E) não deve ser acatado, tendo em vista que o fato criminoso se regula por lei incriminatória excepcional.

### 2. VUNESP - 2022

Considera-se praticado o crime no \_\_\_\_\_ em que ocorreu a \_\_\_\_\_, no todo ou em parte, bem como \_\_\_\_\_ se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Considera-se praticado o crime no \_\_\_\_\_ da ação ou omissão, ainda que outro seja o \_\_\_\_\_ do resultado. As expressões que preenchem, **correta** e respectivamente, as lacunas são:

- (A) país ... ação ... onde ... momento ... momento
- (B) dia ... ação ou omissão ... no dia em que ... local ... lugar
- (C) momento ... ação ... no momento em que ... lugar ... local
- (D) lugar ... ação ou omissão ... onde ... momento ... momento
- (E) instante ... conduta ... no momento em que ... local ... local

### 3. VUNESP - 2022

Nos termos do art. 15 do CP, o agente que, voluntariamente, impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados. Trata-se de instituto denominado

- (A) *abolitio criminis*.
- (B) tentativa imperfeita.
- (C) desistência voluntária.
- (D) arrependimento eficaz.
- (E) arrependimento posterior.



### 1. 2024

Tratando-se de inquérito policial, inquérito policial militar e demais procedimentos extrajudiciais instaurado para investigar servidores das instituições responsáveis pela segurança pública enumeradas no art. 144, da CF, para apurar fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, nos termos das disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) o investigado deverá ser citado da instauração do inquérito, no prazo de até 48 horas, podendo constituir defensor, no mesmo prazo.
- (B) citado da instauração do inquérito e não constituído defensor pelo investigado, no prazo de 48 horas, será intimada a instituição a que vinculado o investigado à época da ocorrência, para indicar defensor para a representação do investigado.
- (C) a defesa do investigado, em não sendo constituído defensor particular, competirá exclusivamente à Defensoria Pública. Nos locais em que não estiver presente, será indicado profissional da instituição a que vinculado o investigado, à época dos fatos.
- (D) os custos do profissional indicado para a defesa do investigado, no caso da não atuação da Defensoria Pública, serão suportados pela Unidade Federativa correspondente à respectiva competência territorial do inquérito instaurado.
- (E) os custos do profissional indicado para a defesa do investigado, no caso da não atuação da Defensoria Pública, serão por ele suportados.

### 2. 2023

No tocante à temática da elaboração de boletins de ocorrência policial, é correto afirmar que

- (A) qualquer pessoa tem o poder de elaborar um boletim de ocorrência policial.
- (B) apenas as ocorrências policiais de autoria conhecida justificam a elaboração de boletim de ocorrência.
- (C) em alguns estados brasileiros, é possível a lavratura de boletins de ocorrência *online* para o registro de crimes mais simples.
- (D) nas ocorrências policiais de autoria desconhecida, não será permitida a elaboração de boletim, pois o procedimento apropriado seria instauração de inquérito policial.
- (E) a autoridade policial não poderá determinar elaboração de boletim de ocorrência de ofício.

### 3. 2023

Delegado de Polícia recebe informação verbal dando conta da possível ocorrência de crime de ação penal pública incondicionada. Nesse caso, de acordo com o art. 5º, § 3º do CPP,

- (A) ainda que a informação inicialmente não se confirme, deve ser instaurado inquérito policial, que é o palco para sua cabal apuração.
- (B) deve aguardar o comparecimento da vítima, a fim de que se colha sua representação.
- (C) ainda que verificada a procedência das informações não pode ser instaurado inquérito policial, tendo em vista que a informação verbal equivale à informação anônima.
- (D) deve verificar a procedência das informações e, havendo confirmação, instaurar inquérito policial.
- (E) deve intimar a vítima para representação, que é condição indispensável para a instauração do inquérito policial.



**1. (2023)**

Determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios são exemplos de:

- (A) renúncia de receita.
- (B) operações de crédito externas.
- (C) despesa orçamentária.
- (D) dispêndio extraorçamentário.
- (E) variação patrimonial diminutiva.

**2. (2022)**

O conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade e, também, toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada é

- (A) a despesa orçamentária pública.
- (B) o empenho.
- (C) a despesa efetiva.
- (D) a despesa não efetiva.
- (E) a classificação funcional.

**3. (2025)**

Sobre o Livro Caixa, é correto afirmar que ele registra

- (A) a quantidade e o valor de produto e mercadorias disponíveis na data em que será realizado o balanço patrimonial do período.
- (B) todas as movimentações financeiras da empresa, como as entradas e saídas que não alteram as finanças, além das obrigações fiscais e as provisões de recebíveis.
- (C) as entradas e saídas de numerário.
- (D) os materiais que se achem estocados nas datas em que forem levantados os balanços.
- (E) todas as operações de serviços.

**1. (2023)**

O Direito de Resposta está previsto na Lei no 13.188, de 11 de novembro de 2015, e no Capítulo I dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º, inciso V. Segundo a legislação vigente, o direito de resposta ou retificação deve ser exercido dentro de um prazo decadencial. Esse prazo é contado a partir da data de divulgação, publicação ou transmissão da matéria ofensiva. Ele é de

- (A) 15 dias.
- (B) 30 dias
- (C) 60 dias.
- (D) 75 dias.
- (E) 90 dias.

**2. (2023)**

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, considera-se autenticidade a qualidade

- (A) de um documento ser o que diz ser e de que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção.
- (B) da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- (C) da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- (D) da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- (E) da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

**3. (2023)**

Os procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação devendo ser implementados conforme os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- (A) observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.
- (B) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- (C) divulgação de informações de interesse público, quando da ocorrência de solicitações.
- (D) utilização de meios de comunicação viabilizados por sistemas de inteligência artificial.
- (E) desenvolvimento do controle político e econômico da administração pública.



### 1. VUNESP - 2022

A respeito da Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Prevê a submissão obrigatória do preso condenado a crime doloso e hediondo à identificação de perfil genético, mediando extração de DNA, por técnica indolor.
- (B) Prevê disposições relativas ao egresso, assim considerado pela lei o liberado definitivo, ao longo do primeiro ano, contado da saída do estabelecimento, e o liberado condicional, durante o período de prova.
- (C) Não se aplica ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar.
- (D) Regula o cumprimento da pena definitiva ou medida de segurança imposta, não se aplicando à execução provisória da pena.
- (E) Prevê a obrigatoriedade do exame criminológico ao condenado ao cumprimento de pena em regime fechado e semi-aberto, para fins de individualização da execução da pena.

### 2. VUNESP - 2024

O presidente da República sancionou, com vetos, a lei aprovada pelo Congresso para restringir a chamada “saidinha” dos presos em regime semiaberto, que têm o direito de cinco saídas anuais, incluindo para visita a familiares.

(ebc. Disponível em <https://shre.ink/DP4Q>. Acesso em 01.06.2024. Adaptado

A situação que está em **desacordo** com a lei sancionada é:

- (A) entre os critérios a serem observados estão os seguintes: comportamento adequado na prisão; cumprimento mínimo de 1/6 da pena, se for primário, e 1/4, se reincidente.
- (B) ficam proibidas as saídas temporárias para presos no regime semiaberto que tenham cometido crimes hediondos ou com violência ou grave ameaça, como estupro ou homicídio.
- (C) passa a ser obrigatória a realização de exame criminológico para que o preso possa progredir do regime fechado para o semiaberto, e assim ter acesso ao direito às saidinhas.
- (D) os presos que progridem do regime semiaberto para o aberto estão dispensados da obrigatoriedade de monitoramento eletrônico, por meio de tornozeleiras.
- (E) para ter direito ao benefício, o preso precisa obter autorização do juiz responsável por sua execução penal e parecer positivo do Ministério Público e da administração prisional.

### 3. VUNESP - 2022

Tendo em conta que a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinado pelo Juiz, bem como as disposições do art. 112, da Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos crimes hediondos ou a eles equiparados, sendo o apenado primário, atingirá o requisito objetivo para a progressão do regime quando cumpridos, ao menos, 50% (cinquenta por cento) da pena.
- (B) A concessão da progressão do regime não depende de manifestação prévia do Ministério Público, podendo se dar, de ofício, pelo Juiz da Execução.
- (C) A apenada mulher, beneficiada pela progressão especial de regime, terá o benefício revogado, se praticar novo crime doloso.